



INFORMATIVO

ABRIL

2026

podemos

CÂMARA

PÁG. 4

**A FORÇA DO VOTO E O COMPROMISSO
COM A NOSSA GENTE**

PÁG. 6

**PEC 32/2025 endurece penas e exige cumprimento
integral para crimes graves**

EXPEDIENTE

LIDERANÇA DO PODEMOS NA CÂMARA DOS DEPUTADOS

Líder do Podemos na Câmara dos Deputados:
Deputado Federal Rodrigo Gambale (SP)

Presidente Nacional do Podemos:
Deputada Federal Renata Abreu (SP)

Chefe de Gabinete:
Fábio de Souza Oliveira

Secretário Nacional de Comunicação:
Bruno Valente

Coordenador de Comunicação:
Alisson Esteves

Jornalista Responsável:
Marília Jardim

Revisão Geral:
Daniel Roriz

Diagramação e Arte:
Maura Mosquera

Colaboradores:

Alessandra Eloi, Arielli Margiotta, Artur Póvoa, Brenda Rodrigues, Carolina Frederico, Carol Bracho, Daniel Oliveira, Elloá Urbano, Emanuelle Lamounier, Fabíola Salvador, Fernanda Fidelis, Gabriel Cruz, Gabriel Tiveron, George Pacífico, Gustavo Brito, Gustavo Mescouto, Hugo Sales, Iana Silvany, Isabele Miranda, Kayo Magalhães, Levi dos Santos, Lola Nicolás, Luana Morais, Marlene Maidana, Mayara Galvão, Pedro Rosa, Rafaella Panceri, Raphael Augustus, Robert Alves, Rodrigo Escovedo e Tikkho Maciel.

SUMÁRIO

- 4** A força do voto e o compromisso com a nossa gente
- 6** PEC 32/2025 endurece penas e exige cumprimento integral para crimes graves
- 8** Acessa+: Antonio Carlos Rodrigues propõe inclusão para pessoas com autismo
- 10** Relatoria de Sargento Portugal garante avanço de PL que fortalece luta de PMs e bombeiros
- 12** Cristiane Lopes lidera avanço do PL dos Voos e proposta vai ao Senado
- 14** Nely Aquino avança com projeto que garante check-up anual da saúde da mulher no SUS
- 16** Deputado Haully celebra os avanços e os desafios do SUS no Dia Mundial da Saúde
- 18** Gambale propõe aumento de pena para feminicídio com perseguição prévia
- 20** David Soares apresenta PL que cria creches noturnas e amplia educação em tempo integral
- 22** Rafael Fera propõe ampliação do Simples Nacional para salvar pequenos negócios e combater o desemprego
- 24** Felipe Becari avança em pautas do TEA e no endurecimento de penas por maus-tratos a animais
- 26** Glaustin celebra resultados legislativos e reforça compromisso com produtividade e entregas
- 28** Proposta da deputada Dra Alessandra Haber reforça combate à violência contra mulher
- 30** No Congresso, Ruy celebra vitória da assistência social com aprovação da PEC em primeiro turno
- 32** CCJC aprova parecer de Olival Marques que torna “Marcha para Jesus” Patrimônio Cultural do Brasil
- 34** Aprovação de projeto que inclui violência vicária na Lei Maria da Penha é um grande avanço na proteção das mulheres, diz Tiago Dimas
- 36** Deputado Felipe Francischini defende exigência de reputação ilibada de dirigentes de instituições financeiras
- 38** Seminário no Espírito Santo debate a formação de condutores e o papel das autoescolas e clínicas credenciadas no Brasil
- 40** Folga no aniversário: valorização do trabalhador ganha força no Congresso, como quer Duda Ramos
- 42** Romero Rodrigues propõe projeto inovador para garantir acolhimento em grandes eventos
- 44** Lei Vini Jr. - Combate ao Racismo Transnacional e Proteção de Direitos
- 46** De volta a Brasília, Nelson Barbudo é recebido com aplausos na Frente Agropecuária
- 48** Bruno Ganem assina pedido de CPI para investigar morte do cão Orelha
- 50** Tornozeleira em agressor avança e projeto de Ribamar Silva antecipa modelo mais rigoroso
- 52** Violência obstétrica pode ser incluída na Lei Maria da Penha
- 54** ARTIGO: Nada supera o trabalho
- 56** Bancada Cristã: o extrato de um Brasil que se importa com valores inegociáveis
- 58** ARTIGO - Autismo exige atenção todos os dias, não apenas em abril



“A democracia permanece forte quando o povo participa e a política continua sabendo ouvir as pessoas”

CARTA DA PRESIDENTE NACIONAL DO PODEMOS

A FORÇA DO VOTO E O COMPROMISSO COM A NOSSA GENTE

Meu amigo, minha amiga

As eleições de 2026 acontecem em um momento importante para o Brasil, quando a população volta a discutir os caminhos que deseja para o futuro do país.

Em uma democracia, o voto representa muito mais do que uma escolha eleitoral. Representa a voz da população, o direito de participar das decisões do país e a esperança de milhões de brasileiros que desejam um futuro melhor para suas famílias.

A democracia não pertence aos partidos nem aos governos. Ela pertence ao povo brasileiro. E é justamente por isso que eleição tem um significado tão importante: porque reafirma o direito de cada cidadão ser ouvido, respeitado e representado.

Cada voto carrega histórias, expectativas e o desejo de quem acorda cedo para trabalhar, enfrenta dificuldades, busca oportunidades e acredita em um Brasil mais seguro, mais justo e mais humano.

A política só faz sentido quando está conectada com a vida real das pessoas. Na família Podemos, carregamos a convicção de que a vida pública exige compromisso, transparência, respeito e, acima de tudo, disposição para ouvir.

Não acreditamos em promessas vazias que se perdem com o tempo, mas em uma atuação construída

pela escuta, pela responsabilidade e pela capacidade de compreender o que a população realmente espera dos seus representantes.

Representar o povo exige mais do que ocupar espaços de poder. Exige ouvir, compreender e transformar os desafios da sociedade em ações concretas. A verdadeira representatividade nasce quando a política mantém a capacidade de caminhar ao lado das pessoas e compreender aquilo que elas esperam do presente e do futuro do país.

O Brasil precisa continuar fortalecendo uma cultura democrática baseada no diálogo, na participação e no respeito às diferenças. E isso exige responsabilidade tanto daqueles que exercem a vida pública quanto de uma sociedade que deseja participar cada vez mais das decisões e do futuro do país.

Meu amigo, minha amiga, vocês sabem da responsabilidade que temos, no Podemos, de manter uma política próxima das pessoas, construída com respeito, confiança e compromisso com o Brasil.

Vamos seguir firmes nesse propósito de sermos cada vez mais a voz, os braços e os passos dos cidadãos e das cidadãs na construção de um Brasil democrático, soberano, justo e humano.

⚠️ O CONTEÚDO JORNALÍSTICO REFERENTE A CADA PARLAMENTAR É DE RESPONSABILIDADE DE CADA GABINETE.



CONHEÇA OUTRAS AÇÕES DA NOSSA PRESIDENTE

O número de deputados federais por São Paulo QUADRUPLICOU no Podemos.

PEC 32/2025 ENDURECE PENAS E EXIGE CUMPRIMENTO INTEGRAL PARA CRIMES GRAVES

A segurança pública permanece no topo das preocupações dos brasileiros e a resposta do Estado à criminalidade voltou ao centro do debate no Congresso Nacional. É nesse contexto que a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 32/2025, de autoria do deputado federal Delegado Palumbo (SP), ganha força ao propor uma mudança direta no cumprimento das penas para crimes de maior gravidade.

O texto estabelece o fim da progressão de regime para condenados por crimes graves. Na prática, autores de delitos como tortura, tráfico de drogas, terrorismo e crimes hediondos deverão cumprir integralmente suas penas em regime fechado. A legislação atual permite a redução do rigor ao longo do cumprimento da pena, um ponto que, segundo deputado Delegado Palumbo, alimenta a sensação de impunidade e enfraquece a resposta penal.

Mais do que uma mudança jurídica, a proposta dialoga com o sentimento de justiça da sociedade. Crimes de alto impacto exigem respostas firmes. Quando isso não ocorre, a confiança nas instituições se deteriora e a

reincidência encontra espaço. A PEC aposta na previsibilidade e na proporcionalidade da pena como instrumentos para conter a criminalidade e reforçar a ordem pública.

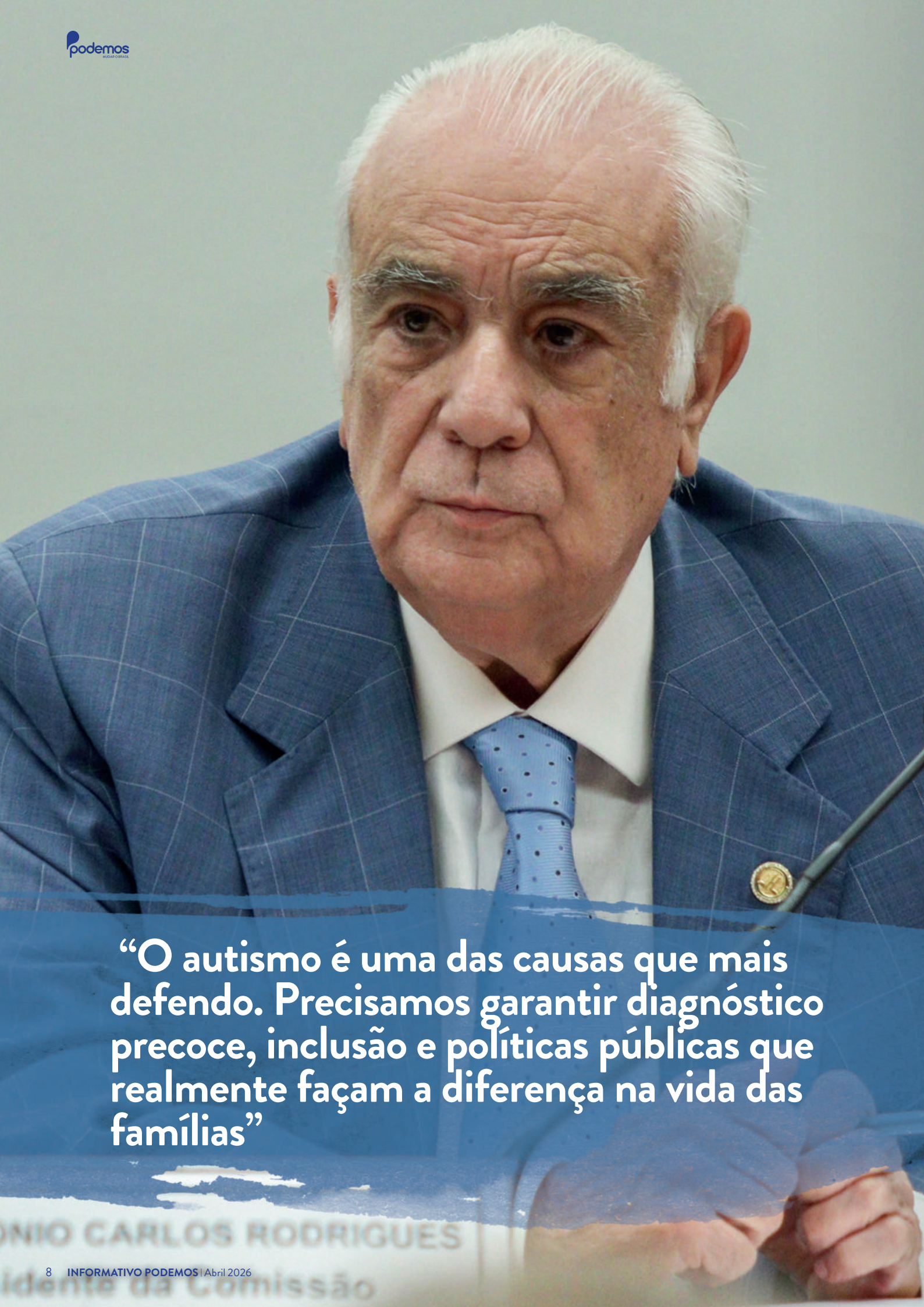
Ao elevar essa regra ao nível constitucional, a proposta também busca reduzir divergências na interpretação da lei, fortalecendo a segurança jurídica e padronizando a aplicação das penas em todo o país. “Pegou 40 anos? Que cumpra os 40 anos!”, defende o deputado Delegado Palumbo.

A PEC 32/2025 já reúne o número mínimo de assinaturas para tramitação na Câmara dos Deputados e segue agora para análise nas comissões competentes. Nessa fase, serão discutidos aspectos de admissibilidade e mérito antes de eventual votação em plenário. O avanço da proposta reforça o debate nacional sobre medidas mais rigorosas no combate aos crimes graves e o papel do Estado na garantia da ordem pública.

⚠ O CONTEÚDO JORNALÍSTICO REFERENTE A CADA PARLAMENTAR É DE RESPONSABILIDADE DE CADA GABINETE.



“A proposta também busca reduzir divergências na interpretação da lei, fortalecendo a segurança jurídica e padronizando a aplicação das penas em todo o país. Pegou 40 anos? Que cumpra os 40 anos!”

A close-up portrait of an elderly man with white hair, wearing a blue checkered suit jacket, a white shirt, and a blue patterned tie. He is looking slightly to the right with a serious expression. A microphone is visible in the lower right corner. A blue graphic overlay at the bottom contains white text.

“O autismo é uma das causas que mais defendo. Precisamos garantir diagnóstico precoce, inclusão e políticas públicas que realmente façam a diferença na vida das famílias”

ANTONIO CARLOS RODRIGUES
Presidente da Comissão

ACESSA+: ANTONIO CARLOS RODRIGUES PROPÕE INCLUSÃO PARA PESSOAS COM AUTISMO

Durante o mês de conscientização sobre o autismo, a Câmara dos Deputados volta a discutir iniciativas voltadas à inclusão e ao cuidado de pessoas com Transtorno do Espectro Autista (TEA). Entre elas, ganha destaque a atuação do deputado Antonio Carlos Rodrigues (SP), que conta com um projeto na Comissão Especial responsável pela análise da política nacional para pessoas com autismo (PL 3080/2020).

Na comissão, o parlamentar do Podemos é autor do Projeto de Lei 5806/2025, que institui o Programa Acessa+, uma proposta voltada à acessibilidade, inclusão e ao desenvolvimento infantojuvenil. A iniciativa tem como foco principal a promoção do diagnóstico precoce, o atendimento interdisciplinar e a ampliação da inclusão social e educacional de crianças e adolescentes com TEA e outras deficiências em todo o país.

A proposta busca fortalecer políticas públicas que atuem desde os primeiros anos de vida, garantindo suporte adequado às famílias e acesso a profissionais de diferentes áreas, como saúde, educação e assistência social. Segundo especialistas, o diagnóstico precoce é um dos fatores mais

importantes para o desenvolvimento das crianças com autismo, pois possibilita intervenções mais eficazes.

“O autismo é uma das causas que mais defendo. Precisamos garantir diagnóstico precoce, inclusão e políticas públicas que realmente façam a diferença na vida das famílias”, afirmou. Além disso, o programa pretende ampliar a estrutura de atendimento nas cidades brasileiras, reduzindo desigualdades regionais e promovendo maior equidade no acesso aos serviços. A iniciativa também dialoga com a necessidade de inclusão nas escolas, um dos principais desafios enfrentados por famílias de crianças com TEA.

A atuação do deputado na pauta reforça seu compromisso com políticas públicas inclusivas e com a construção de uma sociedade mais acessível. Em um cenário em que a conscientização sobre o autismo ganha cada vez mais espaço, propostas como o Acessa+ buscam transformar esse debate em ações concretas.

⚠ O CONTEÚDO JORNALÍSTICO REFERENTE A CADA PARLAMENTAR É DE RESPONSABILIDADE DE CADA GABINETE.

RELATORIA DE SARGENTO PORTUGAL GARANTE AVANÇO DE PL QUE FORTALECE LUTA DE PMS E BOMBEIROS

A atuação do deputado federal Sargento Portugal, do Rio de Janeiro, foi decisiva para o avanço do Projeto de Lei 317/2022 na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania da Câmara dos Deputados. A proposta representa um passo importante para corrigir uma injustiça previdenciária que afetou policiais militares e bombeiros militares em todo o Brasil.

O projeto altera regras ligadas ao Decreto-Lei 667/1969, que trata dos militares dos estados, do Distrito Federal e dos territórios. A proposta busca enfrentar uma distorção criada pela reforma previdenciária, que limitou o aproveitamento de anos de contribuição feitos por profissionais que, antes de ingressarem nas corporações, contribuíram como trabalhadores civis.

Desde o início da tramitação, o projeto foi tratado como uma pauta de justiça para a segurança pública. O texto passou por comissões da Câmara e enfrentou resistência, principalmente por causa de alegações de impacto financeiro. A proposta chegou a ficar parada por longo período, até que a articulação conduzida por Sargento Portugal permitiu a construção de um substitutivo capaz de destravar a matéria.

Como relator, Sargento Portugal teve papel central na negociação do texto. O deputado dialogou com parlamentares, equipes técnicas e representantes da área, ajustou a proposta para torná-la viável e manteve o foco na correção da injustiça contra PMs e bombeiros. O resultado foi a aprovação de um texto que não abandona o mérito da proposta original e permite que o debate avance para a próxima etapa.

A versão aprovada não contempla todo o alcance inicialmente defendido, mas abre um caminho concreto:

os estados poderão, por meio de lei própria, avançar no reconhecimento de mais cinco anos relacionados ao tempo exigido de atividade de natureza militar. Na prática, a medida cria espaço para que parte maior da contribuição anterior seja considerada.

Para o Podemos, a aprovação reforça a importância de uma atuação parlamentar séria, técnica e comprometida com quem está na linha de frente. Para Sargento Portugal, o resultado é uma vitória construída com diálogo e responsabilidade.

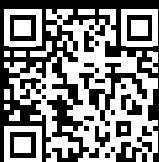
“Foi necessário fazer ajustes para que o texto pudesse avançar. Não é o ideal, mas precisamos começar por algum lugar. Cada pequena melhoria significa uma vitória para quem teve direitos limitados por tanto tempo”, afirmou o deputado.

Após a aprovação do parecer na CCJC, o projeto entra no prazo de recurso. Em seguida, a redação final deve ser votada ainda na comissão. Cumprida essa etapa, o texto segue para o Senado Federal.

Sargento Portugal também agradeceu aos parlamentares, à presidência da comissão e às equipes técnicas que contribuíram para que o acordo fosse cumprido e a matéria pudesse avançar.


“A batalha continua. Vamos acompanhar cada etapa, sem abrir mão do que é direito de quem está na linha de frente. Isso não é favor. É respeito à história de cada policial e bombeiro militar do Brasil”, completou.

⚠️ O CONTEÚDO JORNALÍSTICO REFERENTE A CADA PARLAMENTAR É DE RESPONSABILIDADE DE CADA GABINETE.



CONHEÇA OUTRAS AÇÕES DO DEPUTADO

O PL 5967/2023 pode finalmente colocar um limite na jornada de policiais e bombeiros militares em todo o Brasil: 144 horas mensais e banco de horas.



“Vamos acompanhar cada etapa, sem abrir mão do que é direito de quem está na linha de frente. Isso não é favor. É respeito à história de cada policial e bombeiro militar do Brasil”



“O PL dos Voos busca ampliar a oferta de voos, reduzir o custo das passagens e melhorar a integração aérea no país, enfrentando um dos principais gargalos logísticos que impactam o desenvolvimento regional”

CRISTIANE LOPES LIDERA AVANÇO DO PL DOS VOOS E PROPOSTA VAI AO SENADO

O Projeto de Lei 539/2024, conhecido como PL dos Voos, venceu a etapa final de tramitação na Câmara dos Deputados sob liderança da deputada federal Cristiane Lopes (RO), que tem conduzido a articulação da proposta desde sua apresentação.

Nos últimos dias, o projeto ganhou ainda mais força com a manifestação pública de apoio do ministro de Portos e Aeroportos, Silvio Costa Filho, reforçando a relevância da iniciativa no cenário nacional.

Durante agenda recente, o ministro destacou a importância do projeto e sinalizou alinhamento com a pauta. “É um projeto que fortalece a aviação brasileira, especialmente a regional. Vamos trabalhar junto ao presidente da Câmara, Hugo Motta, para garantir o avanço dessa matéria”, afirmou.

O apoio institucional é visto como resultado da articulação liderada por Cristiane Lopes, que tem pautado o tema da conectividade aérea como prioridade, especialmente para a região Norte.

O PL dos Voos busca ampliar a oferta de voos, reduzir o custo das passagens e melhorar a integração aérea no país, enfrentando um dos principais gargalos logísticos que impactam o desenvolvimento regional.

Nos bastidores, a proposta já é tratada como uma das mais relevantes para o setor aéreo. A avaliação é de que o alinhamento entre o Congresso e o governo, construído a partir da atuação da parlamentar, pode acelerar a votação e viabilizar a aprovação ainda neste ano.

Cristiane Lopes tem intensificado o diálogo político e fortalecido parcerias para garantir que o projeto avance. A expectativa é de que a proposta represente um marco para a aviação regional, com impactos diretos na economia, no turismo e na mobilidade da população brasileira.

⚠ O CONTEÚDO JORNALÍSTICO REFERENTE A CADA PARLAMENTAR É DE RESPONSABILIDADE DE CADA GABINETE.

SENADO APROVA AVALIAÇÃO ANUAL DE SAÚDE DA MULHER PELO SUS, PROPOSTA DE NELY AQUINO

O plenário do Senado aprovou o Projeto de Lei 1799/2023, de autoria da deputada federal Nely Aquino (MG), que assegura a avaliação completa da saúde da mulher, ao menos uma vez por ano, pelo Sistema Único de Saúde (SUS). O texto retorna agora para análise de Câmara dos Deputados.

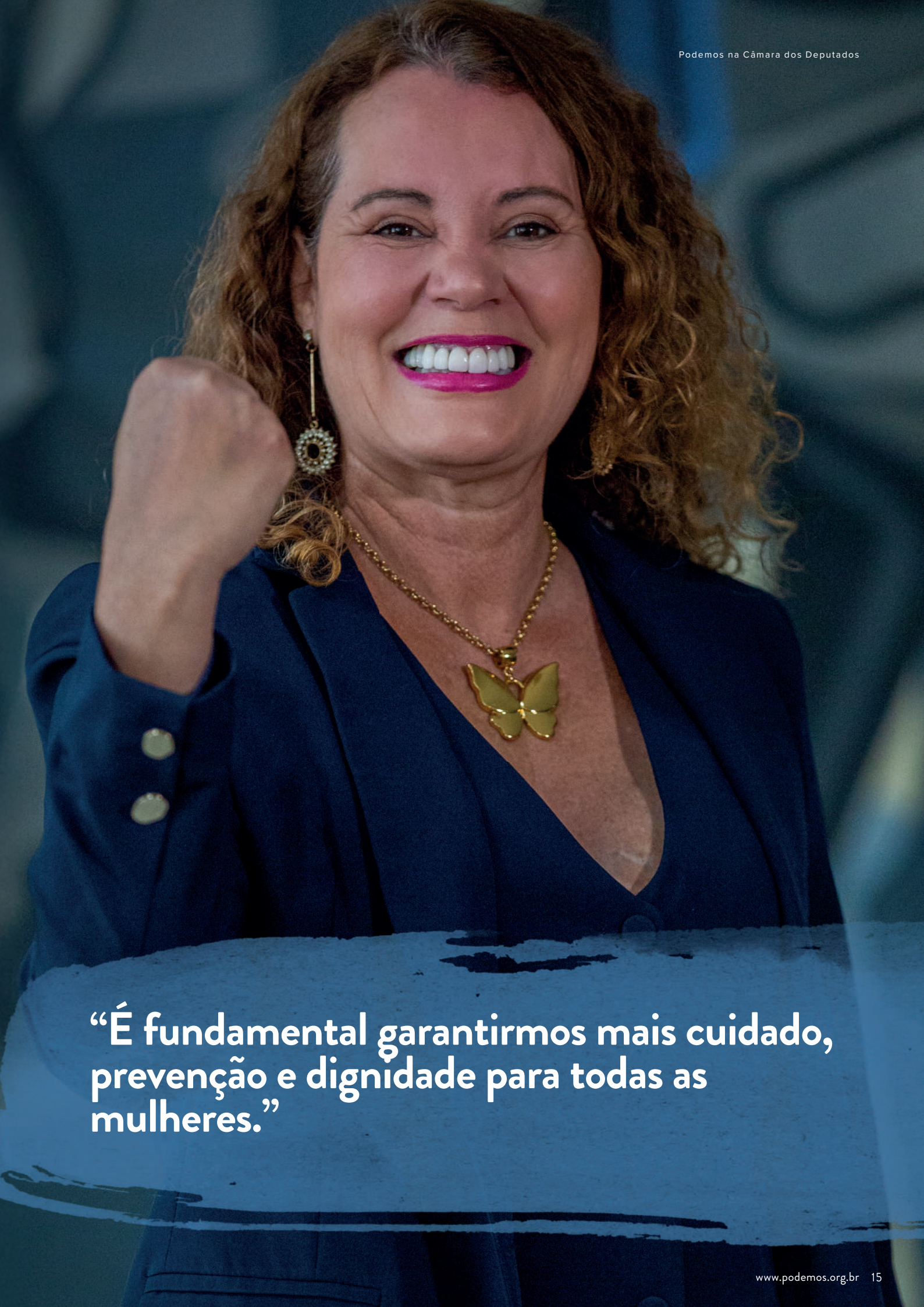
O projeto visa ampliar a prevenção e o diagnóstico precoce de doenças que mais atingem a população feminina, além de reforçar o cuidado contínuo e reduzir casos de doenças detectadas apenas em estágio avançado.

Na prática, a proposta determina que o SUS organize rotinas de atendimento que incluam exames e acompanhamento periódico, considerando fatores como idade, condição socioeconômica, local de residência e eventual deficiência.

O texto prevê ainda a realização de campanhas públicas de conscientização, com ações como orientação sobre atividade física, alimentação, saúde mental, vacinação e exames preventivos.

“Esta é uma proposta um grande avanço para a saúde das mulheres”, afirma Nely Aquino. “São tantas as mulheres que sofrem com doenças que, quando são descobertas, já estão avançadas, como é o caso do câncer de mama, que é uma das doenças que mais mata mulheres. Por isso é fundamental garantirmos mais cuidado, prevenção e dignidade para todas as mulheres”.

⚠ O CONTEÚDO JORNALÍSTICO REFERENTE A CADA PARLAMENTAR É DE RESPONSABILIDADE DE CADA GABINETE.



“É fundamental garantirmos mais cuidado, prevenção e dignidade para todas as mulheres.”



“O SUS é vitorioso, mas sofre com a falta de equipamentos e com a sobrecarga que recai sobre ombros de prefeitos e governadores. Precisamos corrigir essa distorção financeira”

DEPUTADO HAULY CELEBRA OS AVANÇOS E OS DESAFIOS DO SUS NO DIA MUNDIAL DA SAÚDE

Durante sessão especial do Dia Mundial da Saúde, o deputado federal Luiz Carlos Hauly (PR) traçou um panorama histórico e técnico sobre a evolução da saúde pública no Brasil. Com a autoridade de quem vivenciou as bases do sistema, Hauly reafirmou que o Sistema Único de Saúde (SUS) é “uma das maiores conquistas sociais da nossa história e um modelo que serve de referência para o mundo”.

Como prefeito de Cambé (PR) no início dos anos 80, Hauly participou da implementação das Ações Integradas de Saúde (AIS). O projeto-piloto, fruto de uma parceria estratégica entre municípios, a Secretaria Estadual de Saúde — sob a liderança do saudoso médico Luiz Cordoni — e a Universidade Estadual de Londrina (UEL), foi o embrião da municipalização dos serviços.

Hauly lembrou da importância da Lei 8.080/90 que estabeleceu a Lei Orgânica da Saúde, mas foi necessária uma intensa mobilização social para que a Lei 8.142/90 fosse sancionada meses depois. Esta última garantiu dois pontos fundamentais para a sobrevivência do sistema: a participação popular na gestão e a transferência direta de recursos entre União, estados e municípios.

Um dos pontos centrais do discurso foi o comparativo que expõe a desigualdade estrutural do país:

- Alcance: O SUS atende cerca de 165 milhões de brasileiros (75%), enquanto o setor privado cobre cerca de 50 milhões (25%).

- Investimento: O Brasil aplica entre 9% e 10% do PIB em saúde. Contudo, o setor público recebe apenas

4,5%, enquanto o privado (com 1/3 da população) retém 5,5%.

- Desigualdade: Na prática, quem possui plano de saúde conta com quatro vezes mais recursos por pessoa do que o cidadão que depende exclusivamente da rede pública.

“O SUS é vitorioso, mas sofre com a falta de equipamentos e com a sobrecarga que recai sobre ombros de prefeitos e governadores. Precisamos corrigir essa distorção financeira”, alertou.

Para o deputado, a saúde não se limita ao ambiente hospitalar. Ela é o resultado de um ciclo que envolve saneamento básico, alimentação adequada, vacinação e educação. Ele destacou que o aumento da população mundial (de 1 bilhão em 1800 para 8 bilhões atualmente) e a urbanização brasileira — que saltou de 20% para 85% em cinco décadas — só foram possíveis graças ao fortalecimento desses sistemas de proteção à vida.

Hauly defendeu que a recuperação econômica é o único caminho para a sustentabilidade da saúde pública. “Não existe sistema de saúde forte com uma economia fraca. O caminho é fortalecer o financiamento, aprimorar a gestão e fazer o Brasil voltar a crescer. Saúde não é gasto; saúde é investimento, é dignidade, é vida”, concluiu.

⚠ O CONTEÚDO JORNALÍSTICO REFERENTE A CADA PARLAMENTAR É DE RESPONSABILIDADE DE CADA GABINETE.

GAMBALE PROPÕE AUMENTO DE PENA PARA FEMINICÍDIO COM PERSEGUIÇÃO PRÉVIA

O deputado federal Rodrigo Gambale (SP) apresentou o Projeto de Lei nº 1181/2026, que propõe o aumento de pena para casos de feminicídio precedidos por perseguição reiterada da vítima. A medida altera o Código Penal para reconhecer, de forma expressa, a gravidade da escalada da violência de gênero.

A proposta inclui como causa de aumento de pena situações em que o crime é cometido após práticas contínuas de vigilância, monitoramento, controle ou intimidação — inclusive por meios digitais. O objetivo é garantir que esse histórico de violência não seja ignorado no momento da responsabilização penal do agressor.

Estudos e dados recentes mostram que o feminicídio raramente ocorre de forma isolada, sendo frequentemente antecedido por um ciclo progressivo de violência psicológica e comportamentos obsessivos. A perseguição, nesse contexto, é um dos principais sinais de risco e representa uma fase crítica antes da violência letal.

Atualmente, essas condutas acabam sendo absorvidas juridicamente pelo crime mais grave, o que

impede que a Justiça considere de forma adequada todo o histórico de sofrimento da vítima. O projeto busca corrigir essa lacuna, permitindo maior rigor na aplicação da pena e melhor individualização da conduta do agressor.

A proposta também reconhece o crescimento da perseguição por meios digitais, realidade cada vez mais presente, onde redes sociais e aplicativos são utilizados como instrumentos de controle e intimidação.

Dados recentes reforçam a urgência da medida: o Brasil registra milhares de casos de feminicídio todos os anos, muitos deles precedidos por ameaças e perseguições. O projeto se alinha às políticas de enfrentamento à violência contra a mulher e fortalece o compromisso com a proteção da vida.

“O feminicídio não começa no momento do crime. Ele é construído com ameaças e perseguições. Precisamos reconhecer essa escalada e punir com mais rigor.”


⚠️ O CONTEÚDO JORNALÍSTICO REFERENTE A CADA PARLAMENTAR É DE RESPONSABILIDADE DE CADA GABINETE.




CONHEÇA OUTRAS AÇÕES DO NOSSO LÍDER

O Brasil está mudando e o Podemos está crescendo junto com ele.

Fomos o partido que mais cresceu na janela partidária, e isso é só o começo.

A close-up photograph of a man with dark hair, wearing a dark suit, a light blue shirt, and a dark blue tie. He is speaking into a black microphone. The background is dark. A blue brushstroke graphic is overlaid at the bottom of the image, containing white text.

“O feminicídio não começa no momento do crime. Ele é construído com ameaças e perseguições. Precisamos reconhecer essa escalada e punir com mais rigor”



“O projeto das creches noturnas é um pilar de dignidade. Ele permite que pais e mães possam trabalhar com tranquilidade, sabendo que seus filhos estão protegidos e bem cuidados”

DAVID SOARES APRESENTA PL QUE CRIA CRECHES NOTURNAS E AMPLIA EDUCAÇÃO EM TEMPO INTEGRAL

Atualmente, a ausência de uma rede de apoio estruturada obriga muitos pais e responsáveis a recorrerem a alternativas informais e, muitas vezes, inseguras para o cuidado de seus filhos.

Com o PL 1757/2026, o deputado federal David Soares (SP) busca garantir que essas crianças tenham acesso a um ambiente seguro, higienizado e com acompanhamento pedagógico adequado, respeitando suas necessidades de sono, alimentação e desenvolvimento. Mais do que assistência, o projeto reconhece o direito à educação e ao cuidado integral, independentemente do horário.

Além de proteger as crianças, a medida também impacta diretamente a vida dos pais e responsáveis. A criação de creches noturnas contribui para a redução do

estresse psicológico, garante a manutenção do emprego e combate o absenteísmo e a evasão do mercado de trabalho — especialmente entre mulheres que sustentam sozinhas suas famílias.

“O projeto das creches noturnas é um pilar de dignidade. Ele permite que pais e mães possam trabalhar com tranquilidade, sabendo que seus filhos estão protegidos e bem cuidados”, reforça o parlamentar.

Com mais essa iniciativa, o deputado David Soares se consolida como um dos principais defensores de pautas sociais no Congresso Nacional, atuando com sensibilidade e compromisso em favor das famílias brasileiras.

⚠️ O CONTEÚDO JORNALÍSTICO REFERENTE A CADA PARLAMENTAR É DE RESPONSABILIDADE DE CADA GABINETE.

RAFAEL FERA PROPÕE AMPLIAÇÃO DO SIMPLES NACIONAL PARA SALVAR PEQUENOS NEGÓCIOS E COMBATER O DESEMPREGO

Com o objetivo de socorrer o setor que mais emprega no Brasil, o deputado Rafael Fera (RO) é autor do PLP 257/2025, que propõe uma atualização histórica nos limites de faturamento do Simples Nacional. A medida visa corrigir a defasagem tributária agravada pela crise pós-pandemia e garantir a sobrevivência de microempreendedores individuais (MEIs) e empresas de pequeno porte (EPPs).

O fim do “castigo ao crescimento”

Atualmente, o congelamento das tabelas do Simples Nacional faz com que muitos empresários sejam “expulsos” do regime simplificado apenas pela inflação, sem que tenham tido aumento real de lucro. O projeto altera a Lei Complementar nº 123, elevando o teto de faturamento para:

- MEI: de R\$ 81 mil para R\$ 180 mil anuais
- EPP: até R\$ 6 milhões anuais

“Quando a tabela do Simples fica defasada, não é só um CNPJ que sofre. É a padaria do bairro, o salão, a oficina. É o pequeno negócio quem mais emprega”, afirma o deputado. “Atualizar esses valores é proteger a economia real. Quem trata isso como detalhe técnico não entende que, na ponta, estamos falando de comida na mesa do trabalhador.”


Foco em 2026 e retomada econômica

O texto também propõe que, já no ano-calendário de 2026, empresas em início de atividade possam aderir ao regime com base na receita bruta média mensal proporcional aos novos limites. A proposta surge como resposta à crise econômica, às taxas de juros elevadas e à inflação, que têm pressionado o empreendedorismo nacional.

O PLP 257/2025 já foi apensado ao PLP 108/2021 do Senado Federal, e deve ser votado no plenário da Câmara nos próximos dias. A unificação dos projetos acelera a implementação das medidas, garantindo alíquotas diferenciadas e menor burocracia para quem quer produzir e gerar renda.

“Não podemos permitir que a carga tributária seja uma âncora para quem quer crescer. O Estado precisa ser um facilitador, não um sócio que só aparece na hora de cobrar a conta”, defende o parlamentar.

⚠ O CONTEÚDO JORNALÍSTICO REFERENTE A CADA PARLAMENTAR É DE RESPONSABILIDADE DE CADA GABINETE.



“Não podemos permitir que a carga tributária seja uma âncora para quem quer crescer. O Estado precisa ser um facilitador, não um sócio que só aparece na hora de cobrar a conta”



“É muito além de política. É sobre humanidade, altruísmo. Para quem não vive isso todo dia, como é o meu caso, é sair da bolha e se colocar minimamente no lugar do outro”

FELIPE BECARI AVANÇA EM PAUTAS DO TEA E NO ENDURECIMENTO DE PENAS POR MAUS-TRATOS A ANIMAIS

Iniciativas do parlamentar deram visibilidade a demandas sociais e fortaleceram discussões na Câmara dos Deputados

Entre março e abril de 2026, o deputado federal Felipe Becari (SP) concentrou sua atuação em iniciativas voltadas à proteção animal, à defesa das pessoas com Transtorno do Espectro Autista (TEA) e às mães atípicas, pautas que marcam sua trajetória política desde o início da vida pública, ainda como vereador da cidade de São Paulo.

No período, pela causa animal, a Câmara dos Deputados aprovou, em 17 de março, o regime de urgência para o Projeto de Lei nº 2475/25, de coautoria de Becari, que torna hediondo o crime de maus-tratos quando resultar na morte do animal. A proposta altera a Lei dos Crimes Hediondos para garantir punições mais severas aos responsáveis por esse tipo de violência, e a aprovação da urgência permitirá que o texto avance com maior rapidez na tramitação legislativa.

A medida acompanha o aumento de denúncias de maus-tratos em todo o país e reforça a discussão sobre o endurecimento das penalidades para crimes contra animais. Atualmente, a legislação é muito branda e a classificação como crime hediondo representa um avanço ao restringir benefícios penais e ampliar o rigor das punições.

Na pauta do TEA, o deputado foi requerente da Sessão Solene na Câmara dos Deputados, realizada em 31 de março, em razão do Dia Mundial da Conscientização sobre o Autismo. O encontro destacou os desafios

enfrentados por mães de pessoas autistas e foi um importante momento de acolhimento e escuta dessas mulheres na maior casa legislativa do país.

Dando continuidade às ações, em 15 de abril, Becari conduziu o 2º Lions Advocacy Day, encontro promovido pela Frente Parlamentar de Proteção às Pessoas com TEA, da qual é coordenador, em parceria com o Lions Clubs Internacional. O evento reuniu especialistas e representantes da sociedade civil para discutir propostas que ampliem políticas públicas e fortaleçam a inclusão de pessoas com TEA, além de levantar pautas atuais importantes, como o cancelamento do Benefício de Prestação Continuada (BPC) para cerca de 90 mil autistas em 2025, a relevância da manutenção do Planejamento Educacional Individualizado (PEI) e o peso do autismo na fase adulta da vida.

As iniciativas reforçam a atuação do parlamentar em pautas sociais, com foco na proteção animal e na defesa dos direitos das pessoas com deficiência, especialmente aquelas com Transtorno do Espectro Autista.

“É muito além de política. É sobre humanidade, altruísmo. Para quem não vive isso todo dia, como é o meu caso, é sair da bolha e se colocar minimamente no lugar do outro”, disse Felipe Becari (SP) sobre a escuta de autistas e famílias atípicas no 2º Lions Advocacy Day.

⚠ O CONTEÚDO JORNALÍSTICO REFERENTE A CADA PARLAMENTAR É DE RESPONSABILIDADE DE CADA GABINETE.



CONHEÇA OUTRAS AÇÕES DO DEPUTADO

Para quem não lembra, o Jhonny teve 40% do corpo queimado após ser covardemente atacado enquanto descansava em uma calçada em Goiânia.

GLAUSTIN CELEBRA RESULTADOS LEGISLATIVOS E REFORÇA COMPROMISSO COM PRODUTIVIDADE E ENTREGAS

Política boa é aquela que gera resultados concretos e melhora a vida das pessoas. E os goianos têm motivos de sobra para se orgulhar de quem os representa no Congresso Nacional. O deputado federal Glaustin da Fokus (GO) celebrou o balanço de sua atuação legislativa, destacando números que refletem produtividade e compromisso com entregas efetivas para a população.

Ao todo, o parlamentar é autor de 35 projetos de lei, sendo 9 voltados à causa do autismo, além de 4 propostas já aprovadas na Câmara. Segundo o deputado, as matérias aprovadas foram construídas a partir do diálogo direto com a população e transformando necessidades em iniciativas legislativas.

Entre as proposições que avançaram na Câmara, está o PL 1.464/2022, que cria a Política Nacional de Atenção Integral à Síndrome de Burnout no SUS, com previsão de ações de conscientização, atendimento, proteção e promoção da saúde mental.

Outro destaque é o PL 6.234/2019, que permite o recolhimento do ITBI de usinas hidrelétricas transferidas à iniciativa privada, garantindo mais recursos para que municípios invistam em áreas essenciais como saúde, educação e infraestrutura.

Também integra a lista a emenda à MP 987/2020, que prorrogou incentivos fiscais para montadoras no Centro-Oeste, como CAO A e Mitsubishi. Glaustin também é coautor da Lei 14.454/2022, que derrubou o chamado rol taxativo da ANS.

O parlamentar ressalta que suas iniciativas são guiadas pela responsabilidade com o povo goiano e pelo compromisso de levar mais eficiência e agilidade da iniciativa privada para a Câmara.


“Quem precisa do poder público não pode esperar. Nosso compromisso é agir com rapidez e responsabilidade para transformar projetos em soluções reais para a população.”, ressalta Glaustin.

A advogada e doutora em direito público Larissa Lafaiete destaca que a política deve ser avaliada a partir de resultados concretos, e não apenas por discursos ou intenções.

“Um bom representante é aquele que demonstra produtividade, entrega soluções e mantém o foco em melhorar, de forma prática, a vida das pessoas”, afirma.


Para Thiago Lima, técnico em TI e apoiador do parlamentar desde 2018, os resultados legislativos demonstram que o deputado tem cumprido uma das principais propostas apresentadas em seu plano de campanha: construir projetos relevantes e garantir a tramitação com mais celeridade na Câmara dos Deputados.

Na avaliação dele, esse desempenho reforça a confiança de que a escolha de representação em Brasília foi acertada.

 O CONTEÚDO JORNALÍSTICO REFERENTE A CADA PARLAMENTAR É DE RESPONSABILIDADE DE CADA GABINETE.



“Quem precisa do poder público não pode esperar. Nosso compromisso é agir com rapidez e responsabilidade para transformar projetos em soluções reais para a população”



“A iniciativa surge em meio ao aumento dos casos de violência no país e busca endurecer as regras para impedir que agressores descumpram decisões judiciais”

PROPOSTA DA DEPUTADA DRA ALESSANDRA HABER REFORÇA COMBATE À VIOLÊNCIA CONTRA MULHER

A deputada federal Dra Alessandra Haber (PA) é autora do Projeto de Lei 6020/2023 que tem como objetivo reforçar a proteção às mulheres no Brasil. A proposta fortalece a Lei Maria da Penha ao estabelecer que a aproximação do agressor da mulher continue sendo crime, mesmo que haja consentimento.

Atualmente, esse tipo de situação pode gerar insegurança na aplicação da lei, especialmente em casos em que a mulher, por medo, pressão ou manipulação, acaba aceitando a reaproximação.

Com o novo texto, a regra passa a ser clara: o descumprimento da medida protetiva permanece como crime em qualquer circunstância. Segundo a proposta, a

mudança busca tornar as medidas protetivas mais eficazes e evitar que mulheres sejam colocadas novamente em risco. Além disso, o projeto reforça o papel do Estado no combate à violência e na garantia da segurança!

O PL 6020/2023 foi apresentado em dezembro de 2023 e já avançou na Câmara dos Deputados, tendo sido aprovado e encaminhado ao Senado Federal, onde aguarda pela apreciação. A iniciativa surge em meio ao aumento dos casos de violência no país e busca endurecer as regras para impedir que agressores descumpram decisões judiciais.

⚠ O CONTEÚDO JORNALÍSTICO REFERENTE A CADA PARLAMENTAR É DE RESPONSABILIDADE DE CADA GABINETE.

NO CONGRESSO, RUY CELEBRA VITÓRIA DA ASSISTÊNCIA SOCIAL COM APROVAÇÃO DA PEC EM PRIMEIRO TURNO

A luta para garantir mais verba para ações voltadas para as famílias vulneráveis do país obteve um passo histórico no Congresso Nacional, com o apoio decisivo do deputado federal Ruy Carneiro (PB). O plenário da Câmara aprovou, em primeiro turno, a PEC 383/2017, que assegura um orçamento fixo para o setor, fortalecendo a rede de proteção em todo o país.

Em um discurso firme e humanizado, Ruy, que tem uma trajetória marcada pela defesa dos mais humildes e foi um dos principais articuladores da matéria, destacou a necessidade de mais investimento na rede de cuidados aos mais necessitados.

“Nós, hoje estamos investindo certo, estamos investindo no CRAS, no CREAS e no Centro Pop, investindo na dignidade das pessoas mais vulneráveis do nosso país. Eu ando, converso e sei o que representa essa conquista para quem sente na pele uma realidade que muitos parlamentares não conhecem. Como deputado, teria constrangimento de votar contra uma proposta que protege o futuro do povo”, afirmou o deputado.

A atuação de Ruy foi fundamental para sensibilizar os colegas sobre a urgência e dar à assistência social a mesma segurança orçamentária que já existe para

a saúde e a educação. Como ex-presidente da Comissão de Previdência, Assistência Social, Infância, Adolescência e Família, ele lembrou que a falta de recursos garantidos prejudica o acolhimento de idosos, crianças e pessoas em situação de rua.

“Tenho certeza absoluta que, se essa PEC tivesse sido aprovada em 2018, a realidade do Brasil seria outra. Nós vamos hoje dar uma contribuição inestimável; milhões de ações serão feitas a partir desse orçamento para aquelas pessoas que, muitas vezes, não sabem escrever, não sabem se expressar”, completou.

Com a garantia de recursos federais, o setor ganha mais fôlego para continuar atendendo a população. A aprovação desta etapa da PEC é vista como uma correção de rumos na política econômica da União.

O impacto da medida será direto na Paraíba, onde Ruy atua como o maior mantenedor de entidades sociais, apoiando mais 40 instituições sociais. Agora, o deputado segue mobilizado para garantir a aprovação final da proposta em segundo turno e sua rápida promulgação.

 O CONTEÚDO JORNALÍSTICO REFERENTE A CADA PARLAMENTAR É DE RESPONSABILIDADE DE CADA GABINETE.



“Tenho certeza absoluta que, se essa PEC tivesse sido aprovada em 2018, a realidade do Brasil seria outra. Nós vamos hoje dar uma contribuição inestimável; milhões de ações serão feitas”



“A Marcha para Jesus demonstra uma relevância social e turística incontestável. Sob o ponto de vista constitucional, compete à União legislar sobre a proteção à cultura”

CCJC APROVA PARECER DE OLIVAL MARQUES QUE TORNA “MARCHA PARA JESUS” PATRIMÔNIO CULTURAL DO BRASIL

A Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC) deu um passo decisivo para o reconhecimento da relevância religiosa e cultural do país ao aprovar o parecer favorável ao Projeto de Lei nº 2.179/2019. A proposta, de autoria do Deputado Pastor Sargento Isidório, declara a “Marcha para Jesus” como Bem Imaterial e Cultural da Nação Brasileira.

O relator da matéria na CCJC, Deputado Olival Marques, manifestou-se pela total constitucionalidade, juridicidade e boa técnica legislativa do projeto. Marques destacou que o evento já integra o calendário oficial do Brasil desde 2009 e possui uma magnitude social e econômica comparável às maiores festas populares da nação, como o Carnaval.

Além do reconhecimento como patrimônio, o projeto visa autorizar a destinação de recursos públicos (municipais, estaduais e federais) para apoiar a realização dos eventos da Marcha em todo o território nacional.

“A Marcha para Jesus demonstra uma relevância social e turística incontestável. Sob o ponto de vista constitucional, compete à União legislar sobre a proteção à cultura, e este projeto caminha em harmonia com os princípios da nossa Carta Magna”, afirmou o relator Olival Marques em seu parecer.

A proposição, que já havia sido aprovada pela Comissão de Cultura sob a relatoria do Deputado Sóstenes Cavalcante, segue o rito de tramitação ordinária da Casa Legislativa.

Com a aprovação na CCJC — uma das comissões mais importantes do Congresso — o projeto ganha força definitiva para ser sancionado, consolidando a Marcha para Jesus como um pilar da identidade cultural brasileira.

⚠ O CONTEÚDO JORNALÍSTICO REFERENTE A CADA PARLAMENTAR É DE RESPONSABILIDADE DE CADA GABINETE.

APROVAÇÃO DE PROJETO QUE INCLUI VIOLÊNCIA VICÁRIA NA LEI MARIA DA PENHA É UM GRANDE AVANÇO NA PROTEÇÃO DAS MULHERES, DIZ TIAGO DIMAS

Deputado lembra que muitos homens utilizam ameaças e agressões contra filhos, familiares e até animais para causar danos à ex-parceira

O deputado federal Tiago Dimas (TO) defendeu, na Câmara, a aprovação do Projeto de Lei nº 3.880/2024, de autoria da deputada federal Laura Carneiro (PSD-RJ). A proposta visa modernizar a Lei Maria da Penha ao incluir, de forma explícita, a violência vicária no rol de tipificações de violência doméstica e familiar contra a mulher. A medida foi transformada na Lei Ordinária nº 15.384/2026 e já está em vigor.

“Estamos vendo muitos casos de violência e desrespeito às mulheres no Brasil, inclusive episódios absurdos com grande repercussão nacional. Precisamos fazer nossa parte no campo legislativo, para começar a mudar essa realidade”, reforça o deputado.

Para o parlamentar, a mudança na lei é mais do que necessária para a proteção das mulheres no Tocantins e em todo o país. “A aprovação deste projeto da colega Laura é um passo fundamental do Legislativo, pois oferece instrumentos mais eficazes para defender mulheres que são alvo de táticas cruéis de controle e vingança. Hoje, inclusive no Tocantins, muitos homens utilizam ameaças e agressões contra filhos, familiares e até animais que pertenciam ao casal, para atingir a ex-parceira. Esse tipo de crueldade precisa ser punido com rigor”, complementa Tiago Dimas.

Entenda a violência vicária

A violência vicária ocorre quando o agressor utiliza terceiros — pessoas com forte vínculo afetivo com

a mulher — como instrumento de ataque. O objetivo não é apenas ferir diretamente a vítima, mas causar danos psicológicos profundos ao atingir quem ela mais ama.

Esse tipo de violência, frequentemente observado em contextos de separação ou disputas familiares, manifesta-se por meio de:


- Ameaças ou agressões diretas contra filhos ou dependentes;
- Uso de familiares, amigos ou até animais de estimação para provocar sofrimento;
- Práticas de alienação parental ou obstrução deliberada do contato da mãe com os filhos.

Por que a mudança foi considerada urgente?


Especialistas apontavam que a dificuldade em tipificar e comprovar a violência vicária dificultava uma atuação mais célere do Judiciário. Ao incluir o inciso VI no artigo 7º da Lei Maria da Penha, o PL nº 3.880/2024 alterou esse cenário e passou a garantir:

1. Reconhecimento legal: a prática passa a ser formalmente reconhecida pelo Estado.
2. Proteção ampliada: a lei deixa de proteger apenas a mulher, estendendo o alcance aos filhos, dependentes e à rede de apoio atingida pelo agressor.
3. Maior efetividade judicial: juízes passam a ter mais clareza para aplicar medidas protetivas, como o afastamento do agressor e a restrição imediata de contato com as vítimas indiretas.

⚠ O CONTEÚDO JORNALÍSTICO REFERENTE A CADA PARLAMENTAR É DE RESPONSABILIDADE DE CADA GABINETE.



“Estamos vendo muitos casos de violência e desrespeito às mulheres no Brasil. Precisamos fazer nossa parte no campo legislativo, para começar a mudar essa realidade”



“Definir critérios objetivos para a reputação ilibada dos dirigentes é fundamental para impedir que o sistema financeiro seja usado por criminosos”

DEPUTADO FELIPE FRANCISCHINI DEFENDE EXIGÊNCIA DE REPUTAÇÃO ILIBADA DE DIRIGENTES DE INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS

O Projeto de Lei busca critérios objetivos de idoneidade para cargos de direção e combate ao uso do sistema financeiro por criminosos

O deputado federal Felipe Francischini apresentou o Projeto de Lei 5897/2025, que propõe alterar as Leis no 4.595/1964 e 7.492/1986 para tornar obrigatória e estabelecer critérios objetivos de reputação ilibada para dirigentes de instituições financeiras, como bancos, cooperativas de crédito e fintechs, com o objetivo de prevenir que o sistema financeiro seja utilizado por criminosos e organizações ilícitas.

A proposta detalha o que deve ser considerado para a comprovação da reputação ilibada, incluindo a ausência de condenações criminais transitadas em julgado por crimes como lavagem de dinheiro, corrupção, fraude fiscal e outros delitos graves, além de não ter histórico de falência fraudulenta ou insolvência dolosa. O texto também prevê que dirigentes não estejam respondendo a investigações ou processos que possam comprometer sua idoneidade e tenham cumprido plenamente eventuais sanções anteriores.

Se aprovado, o projeto impede o exercício de funções de direção, administração ou equivalentes por quem não atender a esses requisitos, reforçando os mecanismos de proteção do sistema financeiro nacional. A proposta ainda prevê sanções severas, incluindo a inabilitação para ocupar cargos por até 20 anos e penalidades criminais para quem omitir ou falsificar informações na comprovação da reputação.

O PL 5897/2025 está em tramitação na Câmara

e foi encaminhado às Comissões de Finanças e Tributação e de Constituição e Justiça e de Cidadania para análise antes de seguir ao plenário.

Segundo Francischini, “definir critérios objetivos para a reputação ilibada dos dirigentes é fundamental para impedir que o sistema financeiro seja usado por criminosos. A proposta cria barreiras preventivas e reforça a transparência, protegendo a economia e a sociedade”, destacando a importância de ampliar a confiança e a integridade no setor financeiro.

O projeto é parte de uma agenda mais ampla no Congresso que vem debatendo temas de regulação e segurança financeira, incluindo outras iniciativas voltadas a proteger clientes e ampliar a confiabilidade das instituições financeiras.

Como exemplo da relevância do tema, situações recentes como o caso do Banco Master evidenciam a necessidade de regras mais rigorosas para a escolha de dirigentes do sistema financeiro. Pelo projeto, pessoas envolvidas em investigações ou com histórico incompatível com os critérios de idoneidade não poderiam ocupar cargos de comando em bancos e demais instituições.

Isso reforça a governança, diminui o risco de fraudes e do uso indevido das estruturas financeiras, aumenta a proteção de correntistas e investidores e contribui para a credibilidade do mercado e a estabilidade do sistema financeiro nacional.

⚠ O CONTEÚDO JORNALÍSTICO REFERENTE A CADA PARLAMENTAR É DE RESPONSABILIDADE DE CADA GABINETE.

SEMINÁRIO NO ESPÍRITO SANTO DEBATE A FORMAÇÃO DE CONDUTORES E O PAPEL DAS AUTOESCOLAS E CLÍNICAS CREDENCIADAS NO BRASIL

Mais de 300 pessoas, entre representantes, empresários e profissionais de clínicas credenciadas e autoescolas, lotaram o auditório da Fecomércio, no Espírito Santo, para debater a formação de condutores e o papel das autoescolas e clínicas credenciadas no Brasil.

Através da Comissão Especial sobre Alteração no Código de Trânsito Brasileiro (PL 8085/14), Gilson Daniel, do Espírito Santo, convidou autoridades do segmento e contou com a presença do presidente da comissão, o deputado federal Coronel Meira, de representantes do segmento e de diversas lideranças comprometidas em construir políticas de trânsito que salvam vidas e tragam mais eficiência ao sistema.

Gilson Daniel defende que o momento é de mudanças regulatórias relevantes no processo de habilitação, já em curso no país através da Resolução nº 1.020, de 2025, do Conselho Nacional de Trânsito - Contran. Essas alterações trouxeram novos elementos ao debate, reforçaram a necessidade de uma análise mais aprofundada, no âmbito do Poder Legislativo, sobre os caminhos da formação de condutores no país e têm gerado grande preocupação entre especialistas, órgãos de trânsito e o setor de formação de condutores.

“Este foi um momento de diálogo qualificado, troca de experiências e construção de propostas.

Vamos ouvir quem conhece a realidade de perto para buscar caminhos que modernizem o setor, valorizem os profissionais e garantam mais segurança para toda a população”, afirmou Gilson Daniel.

Somente no Estado do Espírito Santo, o Sindicato dos Centros de Formação de Condutores reúne mais de 250 autoescolas, responsáveis pela geração de aproximadamente cinco mil empregos diretos, evidenciando não apenas a função social, mas também o impacto econômico do setor.

Em âmbito nacional, são mais de 14 mil autoescolas, responsáveis por cerca de 300 mil empregos diretos. Além disso, os dados de segurança viária reforçam a necessidade de fortalecimento — e não de enfraquecimento — da formação de condutores.

“A formação de condutores no Brasil precisa avançar com responsabilidade, qualidade e compromisso com a vida. O Brasil registra mais de 35 mil mortes anuais no trânsito. Nosso compromisso é defender um novo Código de Trânsito mais moderno, justo, acessível e que reduza custos e traga seguranças para a população”, ressalta Gilson Daniel.

⚠️ O CONTEÚDO JORNALÍSTICO REFERENTE A CADA PARLAMENTAR É DE RESPONSABILIDADE DE CADA GABINETE.




“A formação de condutores no Brasil precisa avançar com responsabilidade, qualidade e compromisso com a vida.”



CONHEÇA OUTRAS AÇÕES DO DEPUTADO

Hoje, o Podemos se consolida como uma das principais forças políticas do Espírito Santo.



“Valorizar o trabalhador é entender que resultado vem de gente motivada. Um dia pode parecer simples, mas representa respeito, reconhecimento e mais humanidade nas relações de trabalho.”

FOLGA NO ANIVERSÁRIO: VALORIZAÇÃO DO TRABALHADOR GANHA FORÇA NO CONGRESSO, COMO QUER DUDA RAMOS

No momento em que o Brasil discute saúde mental, produtividade e qualidade de vida, ganha destaque o Projeto de Lei 886/2025, do deputado federal Duda Ramos (RR), que garante ao trabalhador o direito a uma folga remunerada no dia do seu aniversário.

A iniciativa dialoga diretamente com uma realidade preocupante. Em 2024, o país registrou o afastamento de 472 mil brasileiros do trabalho por transtornos mentais, um dado que acende o alerta tanto para o poder público quanto para o setor produtivo. O impacto é amplo, aumenta os custos para o Estado, reduz a produtividade das empresas e afeta diretamente a vida de milhares de famílias.

Empresário, Duda Ramos traz para o debate uma visão prática. Ele destaca que ambientes de trabalho mais saudáveis, com colaboradores valorizados, geram resultados concretos. A motivação e a felicidade dos funcionários não são apenas questões humanas, são também fatores que impulsionam desempenho, inovação e crescimento econômico.

A proposta da folga no aniversário surge nesse contexto como uma medida simples, mas estratégica. Estudos técnicos já indicam que ajustes operacionais para permitir esse benefício não geram impactos insuportáveis para a saúde financeira das empresas. Ao contrário,

funcionam como um gesto de reconhecimento que fortalece vínculos e engajamento.

O deputado também reforçou esse posicionamento em entrevista recente à TV Câmara, destacando que o Brasil precisa avançar em políticas que valorizem o trabalhador como ser humano, e não apenas como força produtiva.

A iniciativa ganha ainda mais relevância em maio, mês do trabalhador. Para muitos, a aprovação dessa proposta representaria mais do que um dia de descanso, seria um presente efetivo, o reconhecimento institucional de que o capital econômico bem-sucedido também decorre da compreensão e do respeito do capital humano em sua essência e necessidades.

No Brasil dos constantes desafios sociais e econômicos, propostas como essa ajudam a reposicionar o debate, pois o crescimento da economia e a humanização não são opostos. Pelo contrário, caminham juntos.

“Valorizar o trabalhador é entender que resultado vem de gente motivada. Um dia pode parecer simples, mas representa respeito, reconhecimento e mais humanidade nas relações de trabalho”, pontua o parlamentar.

⚠ O CONTEÚDO JORNALÍSTICO REFERENTE A CADA PARLAMENTAR É DE RESPONSABILIDADE DE CADA GABINETE.

ROMERO RODRIGUES PROPÕE PROJETO INOVADOR PARA GARANTIR ACOLHIMENTO EM GRANDES EVENTOS

O deputado Romero Rodrigues (PB) reafirma seu compromisso com a proteção e o bem-estar da população ao apresentar, na Câmara dos Deputados, o Projeto de Lei 1184/2026. A iniciativa traz uma abordagem moderna e necessária sobre segurança em eventos de grande porte, ampliando o conceito tradicional para incluir acolhimento e respeito à diversidade.

O projeto prevê a criação de pontos de apoio em shows, festivais e outras grandes concentrações públicas. Esses espaços serão destinados ao atendimento de pessoas que sofram situações de preconceito, discriminação ou qualquer forma de intolerância, oferecendo escuta qualificada, orientação e encaminhamento para serviços especializados.

A proposta surge como resposta a uma realidade cada vez mais evidente: ambientes de lazer também precisam ser espaços seguros do ponto de vista social. Ao levar esse tema ao Congresso Nacional, o deputado destaca a importância de políticas públicas que acompanhem as transformações da sociedade e garantam proteção integral aos cidadãos.

“Nosso objetivo é assegurar que todos possam participar de eventos com tranquilidade e respeito. O

acolhimento imediato pode fazer toda a diferença para quem passa por uma situação de vulnerabilidade”, tem defendido o parlamentar.

Além do atendimento direto às vítimas, o projeto também tem caráter educativo e preventivo. A presença dos pontos de apoio contribui para inibir práticas discriminatórias e reforça a responsabilidade dos organizadores na promoção de ambientes inclusivos.

Com o projeto, Romero Rodrigues coloca em pauta um tema atual e sensível, propondo soluções concretas que fortalecem a cidadania e a convivência respeitosa. A iniciativa segue agora para análise nas comissões da Câmara, consolidando mais uma ação do mandato voltada à construção de uma sociedade mais justa e acolhedora.

“Queremos que cada pessoa se sinta segura não apenas fisicamente, mas também respeitada em sua dignidade. Esse projeto é sobre garantir acolhimento imediato e mostrar que não há espaço para qualquer forma de discriminação nos ambientes que devem ser de celebração e convivência”, conclui Romero Rodrigues.

⚠ O CONTEÚDO JORNALÍSTICO REFERENTE A CADA PARLAMENTAR É DE RESPONSABILIDADE DE CADA GABINETE.



“Nosso objetivo é assegurar que todos possam participar de eventos com tranquilidade e respeito. O acolhimento imediato pode fazer toda a diferença para quem passa por uma situação de vulnerabilidade”



“Um dos pilares da proposta é a ampliação da efetividade das leis brasileiras, garantindo que a dignidade humana e os direitos fundamentais dos brasileiros sejam protegidos em qualquer parte do mundo”

LEI VINI JR. - COMBATE AO RACISMO TRANSNACIONAL E PROTEÇÃO DE DIREITOS

O Projeto de Lei 615/2026, de autoria do deputado federal Marangoni (SP), surge como uma resposta legislativa fundamental às crescentes demandas por proteção contra crimes de discriminação racial. Popularmente conhecido como “Lei Vini Jr.”, o PL propõe uma alteração crucial no Código Penal (Decreto-Lei nº 2.848/1940), visando estender a jurisdição brasileira para abranger casos de racismo, discriminação por cor, etnia, religião ou procedência nacional, quando cometidos no exterior contra cidadãos brasileiros.

Atualmente, o projeto aguarda designação de relator na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC). O texto reflete uma visão moderna da atuação estatal na defesa de seus nacionais, buscando prever a aplicação da extraterritorialidade incondicionada. Isso significa que brasileiros vítimas de discriminação fora do país não ficarão desamparados pela justiça, fortalecendo a rede de proteção social e contribuindo para reduzir desigualdades históricas no acesso à justiça, independentemente da localização geográfica do crime.

Um dos pilares da proposta é a ampliação da efetividade das leis brasileiras, garantindo que a dignidade

humana e os direitos fundamentais dos brasileiros sejam protegidos em qualquer parte do mundo. Essa iniciativa é um diálogo direto com a necessidade de atualização do arcabouço legal frente às transformações sociais e à crescente mobilidade global, que expõe cidadãos a diferentes realidades jurídicas e, por vezes, à impunidade em casos de crimes de ódio.

O PL 615/2026 também incentiva uma atuação mais coordenada e eficiente do Estado na proteção de seus cidadãos, reforçando o compromisso com resultados concretos no combate à discriminação. Ao incorporar novas perspectivas e demandas, o projeto se alinha aos princípios de dignidade humana, justiça social e equidade, apresentando-se como uma proposta estratégica para avanços significativos na garantia de direitos e na construção de uma sociedade mais justa e inclusiva, tanto dentro quanto fora das fronteiras nacionais. A medida visa assegurar que a impunidade não prevaleça e que a justiça seja acessível a todos os brasileiros, onde quer que estejam.

⚠️ O CONTEÚDO JORNALÍSTICO REFERENTE A CADA PARLAMENTAR É DE RESPONSABILIDADE DE CADA GABINETE.

DE VOLTA A BRASÍLIA, NELSON BARBUDO É RECEBIDO COM APLAUSOS NA FRENTE AGROPECUÁRIA

O deputado federal Nelson Barbudo (MT) retomou, nesta semana, suas atividades em Brasília e foi recebido com aplausos e uma calorosa recepção durante reunião da Frente Parlamentar da Agropecuária (FPA), uma das mais influentes do Congresso Nacional. Membro da diretoria da frente, o parlamentar emocionou colegas, ao retornar após enfrentar e vencer um câncer.

A recepção foi conduzida pelo presidente da FPA, deputado Pedro Lupion, que destacou a força, a fé e a coragem de Barbudo durante todo o tratamento. Em sua fala, Lupion ressaltou que o deputado enfrentou a doença como um verdadeiro guerreiro, superando inclusive uma metástase, e exaltou sua resiliência ao longo das sessões de quimioterapia.

“Quem acompanhou a luta do Nelson viu que ele foi um guerreiro em todos os momentos. Enfrentou um câncer que muita gente não teria coragem de enfrentar, venceu uma metástase, algo que raramente é possível, e sempre com bom humor, fé e coragem. Hoje está aqui, curado, de volta com a gente. Deus abençoe sempre. Bem-vindo à sua casa”, afirmou o presidente.

Visivelmente emocionado, Nelson Barbudo agradeceu a recepção e o apoio recebido durante o período mais difícil de sua vida. O parlamentar fez questão de reconhecer o papel de Lupion à frente da FPA, tanto

na condução das pautas do agro quanto na amizade demonstrada ao longo de sua trajetória.

“Eu não posso deixar de agradecer ao presidente Pedro Lupion e a todos que torceram pela minha cura. Receber essas palavras de carinho é motivo de orgulho e ficará registrado na minha memória. A Frente Parlamentar sempre me acolheu com atenção e respeito, e eu estou muito feliz por estar de volta”, declarou.

O deputado também destacou a importância da frente para o desenvolvimento do país e reafirmou seu compromisso com o setor agropecuário, especialmente em relação ao seu estado.

“Deus me deu uma nova oportunidade, me tirando dessa doença maligna que é o câncer e me trazendo de volta ao seio político da frente que eu tanto amo. O meu estado é essencialmente do agro, e estar aqui, sendo recebido dessa forma, é motivo de grande orgulho. Que Deus abençoe a todos como me abençoou”, completou.

O retorno de Nelson Barbudo foi marcado por emoção, reconhecimento e demonstrações de apoio dos colegas parlamentares, reforçando sua relevância dentro da FPA e no cenário político nacional.

⚠️ O CONTEÚDO JORNALÍSTICO REFERENTE A CADA PARLAMENTAR É DE RESPONSABILIDADE DE CADA GABINETE.



“Deus me deu uma nova oportunidade, me tirando dessa doença maligna que é o câncer e me trazendo de volta ao seio político da frente que eu tanto amo”



“Esse caso é cruel e repugnante. Precisamos investigar, identificar responsáveis e impedir que a crueldade contra animais siga sendo incentivada”

BRUNO GANEM ASSINA PEDIDO DE CPI PARA INVESTIGAR MORTE DO CÃO ORELHA

O deputado federal Bruno Ganem (SP) assinou o requerimento para a criação de uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) na Câmara dos Deputados com o objetivo de investigar a morte do cão Orelha, ocorrida em Florianópolis (SC). O caso gerou forte repercussão e levantou preocupações sobre a atuação de grupos que promovem violência contra animais.

A CPI proposta pretende apurar as circunstâncias exatas da morte do animal, além de investigar o possível uso de plataformas digitais, como Discord e Reddit, para disseminação, incentivo e organização de práticas de maus-tratos. Outro ponto central é a existência de grupos estruturados que utilizam a violência contra animais como forma de entretenimento ou até mesmo com fins lucrativos.

Segundo o parlamentar, o caso expõe tamanha crueldade e evidencia a necessidade de uma resposta institucional firme para casos de prática de maus-tratos e violência contra qualquer tipo de animal.

“Esse caso é cruel e repugnante. Precisamos investigar, identificar responsáveis e impedir que a crueldade contra animais siga sendo incentivada”, cobra o parlamentar.

A iniciativa busca não apenas esclarecer os fatos, mas também identificar responsáveis, fortalecer mecanismos de investigação e ampliar o debate sobre a responsabilização de crimes dessa natureza no ambiente digital.

A proposta de CPI surge em um contexto de crescente preocupação com a exposição de conteúdos violentos envolvendo animais nas redes sociais, o que tem mobilizado autoridades, organizações de proteção animal e a sociedade civil.

A instalação da comissão ainda depende do cumprimento dos requisitos regimentais e do apoio necessário dentro da Câmara dos Deputados.

⚠ O CONTEÚDO JORNALÍSTICO REFERENTE A CADA PARLAMENTAR É DE RESPONSABILIDADE DE CADA GABINETE.



CONHEÇA OUTRAS AÇÕES DO DEPUTADO

O tal do “foie gras” nada mais é do que fígado de ganso ou de pato produzido com alimentação forçada. Um alimento feito a partir de sofrimento extremo de animais. E isso precisa acabar.

TORNOZELEIRA EM AGRESSOR AVANÇA E PROJETO DE RIBAMAR SILVA ANTECIPA MODELO MAIS RIGOROSO

Proposta do deputado do Podemos cria sistema com resposta rápida do Estado, monitoramento obrigatório e punição por omissão

O avanço no Congresso Nacional de propostas que determinam o uso imediato de tornozeleira eletrônica para agressores de mulheres reforça uma tendência clara no país: endurecer as medidas contra a violência doméstica e proteger de forma mais efetiva as vítimas.

Nos últimos dias, o Senado e a Câmara aprovaram projetos que tornam a tornozeleira uma medida prioritária em casos de risco, permitindo inclusive sua aplicação imediata quando houver ameaça à integridade da mulher. A legislação recente também já passou a prever o monitoramento eletrônico como instrumento de reforço às medidas protetivas previstas na Lei Maria da Penha.

Nesse contexto, ganha destaque o Projeto de Lei 6072/2025, de autoria do deputado federal Ribamar Silva (SP), que vai além das propostas em discussão, ao estruturar um sistema completo de prevenção ao feminicídio.

O texto cria o Sistema Nacional de Prevenção e Combate ao Feminicídio (SINA-FEM) e estabelece o Monitoramento Obrigatório do Agressor (MOA) — determinando o uso de tornozeleira eletrônica para denunciados por crimes como ameaça, lesão corporal e tentativa de feminicídio.


Além disso, o projeto inova, ao integrar tecnologia e resposta rápida do Estado por meio do Alerta Imediato de Risco, que aciona automaticamente as forças de segurança em caso de aproximação indevida, seguindo uma lógica já adotada em iniciativas estaduais com monitoramento em tempo real.

“O Brasil está avançando, ao colocar a tornozeleira no agressor. Nosso projeto dá um passo além: cria prazo, responsabilidade e ação imediata. Não basta monitorar — o Estado precisa reagir rápido para salvar vidas”, afirma Ribamar Silva.

⚠ O CONTEÚDO JORNALÍSTICO REFERENTE A CADA PARLAMENTAR É DE RESPONSABILIDADE DE CADA GABINETE.



“O Brasil está avançando, ao colocar a tornozeleira no agressor. Nosso projeto dá um passo além: cria prazo, responsabilidade e ação imediata”

A close-up portrait of a man with short, dark hair, wearing a dark blue suit jacket, a white shirt, and a dark blue patterned tie. He is looking directly at the camera with a neutral expression. A small gold pin is visible on his lapel. The background is a dark, textured wall.

“É fundamental definir medidas para que crimes como esses não ocorram jamais. Nossa luta é para garantir a saúde e a segurança das mulheres em todas as fases da gestação, no parto e no pós-parto”

VIOLÊNCIA OBSTÉTRICA PODE SER INCLUÍDA NA LEI MARIA DA PENHA

Iniciativa do deputado Fabio Macedo busca coibir crimes contra a mulher praticados em consultórios médicos

Relatos de abuso sexual em consultórios médicos não se restringem somente às pacientes. O caso mais recente, denunciado numa reportagem do Fantástico no domingo (12/04), partiu de uma enfermeira. Ela afirma ter acordado durante um plantão com o médico cardiologista Daniel Kollett, de 55 anos — preso no fim de março, em Taquara, no Rio Grande do Sul —, sobre o seu corpo.

Depois da prisão, outras 39 mulheres também se encorajaram a fazer denúncias. E, segundo a reportagem, muitos relatos apresentaram a mesma dinâmica: os abusos e até estupro foram cometidos durante consultas e exames.

Diante dessa realidade e, com o objetivo de coibir esse tipo de crime, o deputado federal Fabio Macedo (MA), desde o seu primeiro ano de mandato, prioriza projetos voltados à saúde da mulher; e um deles, o PL 583/2023 foi transformado na Lei 14737/2023. A nova legislação garante o direito da mulher de ter acompanhante nos atendimentos realizados em serviços de saúde públicos e privados.

Outra proposta de autoria do deputado, o PL 1056/2023, altera a Lei Maria da Penha, para incluir a violência obstétrica como forma de violência doméstica e familiar. A violência obstétrica é definida como qualquer conduta abusiva, seja física, verbal ou psicológica, praticada por profissionais de saúde durante o pré-natal, parto, pós-parto e aborto, que cause danos físicos e emocionais à mulher. “Infelizmente, essa prática absurda pode levar a

complicações graves como depressão pós-parto, traumas psicológicos e até mesmo morte materna. E, com esse projeto, pretendemos proteger as mulheres contra esse tipo de violência e garantir assistência especializada no Sistema Único de Saúde (SUS)”, ressalta o deputado.

Atualmente, a Lei Maria da Penha, que trata da violência doméstica e familiar contra a mulher, não inclui especificamente a violência obstétrica. Por esse motivo, Fábio Macedo propõe o debate para reconhecer e combater essa forma de violência contra as mulheres. “É fundamental definir medidas para que crimes como esses não ocorram jamais. Nossa luta é para garantir a saúde e a segurança das mulheres em todas as fases da gestação, no parto e no pós-parto”, enfatiza.

O PL 1056/2023 recebeu parecer favorável da Comissão de Educação e atualmente aguarda deliberação pelas Comissões de Saúde, de Defesa dos Direitos da Mulher, e de Constituição e Justiça e de Cidadania.

Crime semelhante

Outro caso bárbaro ocorreu em São João de Meriti, na Baixada Fluminense, Rio de Janeiro, em 2022. O ex-médico anestesista Giovanni Quintella Bezerra foi preso por estuprar uma mulher grávida durante o parto. Ele foi condenado a 30 anos de prisão, em regime fechado, por estupro de vulnerável contra duas pacientes.

⚠️ O CONTEÚDO JORNALÍSTICO REFERENTE A CADA PARLAMENTAR É DE RESPONSABILIDADE DE CADA GABINETE.

ARTIGO - DELEGADO BRUNO LIMA | Deputado federal (SP)

NADA SUPERA O TRABALHO

Ao longo do meu mandato, apresentei 317 proposições legislativas, entre elas 104 projetos de lei, 15 propostas de emenda à Constituição, além de projetos de decreto legislativo, requerimentos de CPI, projetos de lei complementar e outras iniciativas em defesa da causa animal e da população. Cada uma nasceu da convicção de que a política deve transformar realidades, proteger vidas e enfrentar os problemas da sociedade.

Em 2025, obtivemos 12 projetos de lei aprovados em comissões e 8 em Plenário. Esse resultado mostra que o meu mandato vai além do discurso e transforma ideias em conquistas concretas.

Na causa animal, que faz parte da minha essência, avançamos no aumento da pena para o tráfico de animais silvestres, conquistamos a Semana Nacional de Conscientização sobre a relação entre maus-tratos aos animais e violência doméstica, com base na Teoria do Elo, destinamos emendas para o maior projeto de castração de cães e gatos do Estado de São Paulo e, recentemente, alcançamos as assinaturas para instalar a Comissão Parlamentar de Inquérito (RCP n. 2/2026), que vai investigar atos de crueldade contra animais e as circunstâncias da morte do cão Orelha, caso que segue sob sigilo e sem solução. Defender os animais é defender a vida, a dignidade e uma sociedade mais justa.

Na segurança pública, seguimos firmes em pautas fundamentais. Avançamos no aumento da pena

para quem falsifica bebidas e na criação do cadastro nacional de condenados por violência doméstica e familiar contra a mulher, no âmbito da Lei Maria da Penha. São medidas que fortalecem a proteção das famílias e ampliam a segurança da população.

Também tive atuação importante na PEC 18/2025, da Segurança Pública. Como membro da comissão, apresentei emendas ao texto, e uma delas foi parcialmente acolhida, garantindo direitos previdenciários mitigados pela reforma da Previdência, com impacto direto na vida de mulheres policiais.

Além da atuação legislativa, mantive compromisso com a destinação e a execução de recursos. Indiquei R\$ 52.276.795,00 em emendas parlamentares e alcançamos 99,5% de execução das emendas impositivas. Isso significa responsabilidade com o dinheiro público e resultados que chegam na ponta.

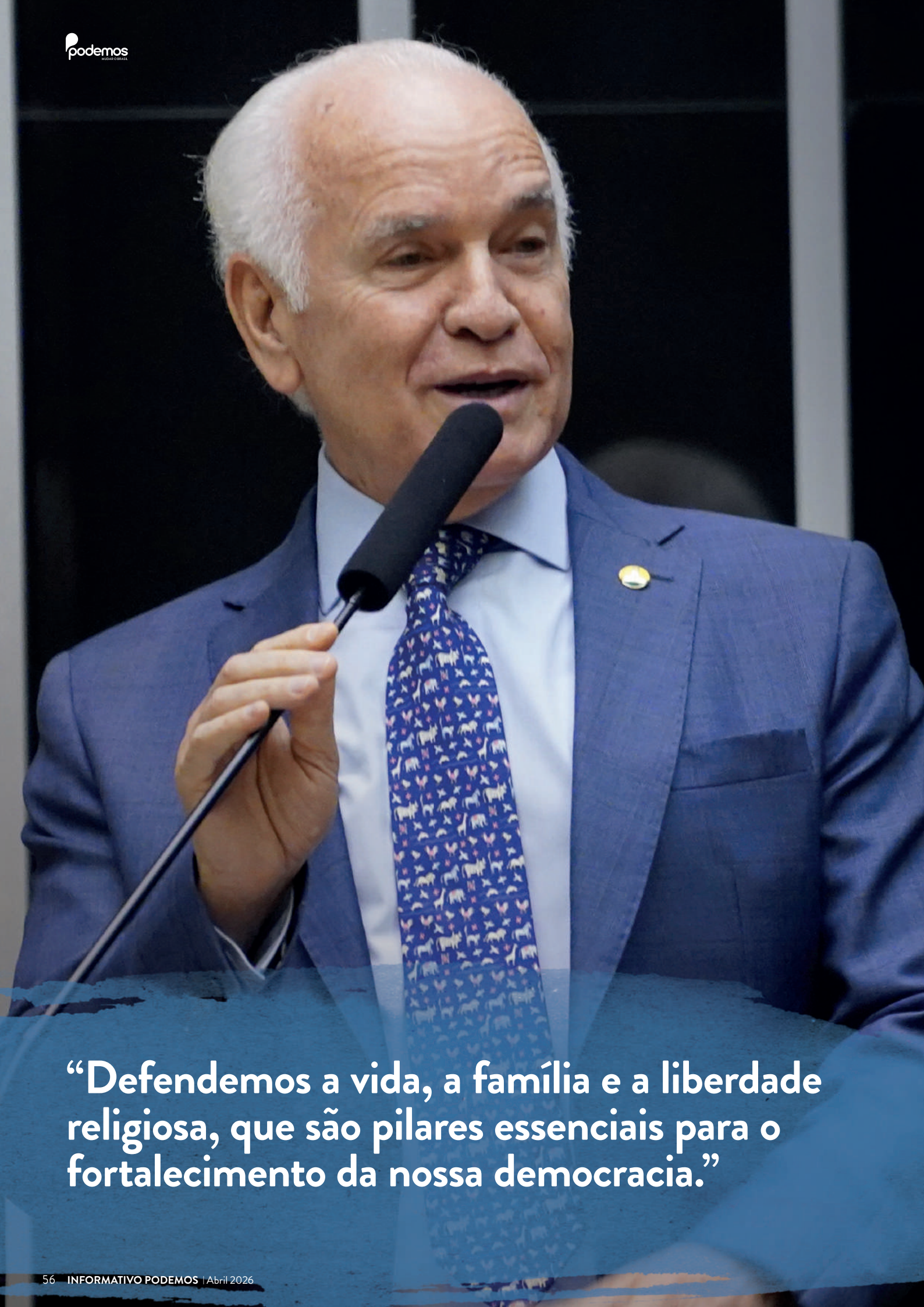
Mais do que números, esse trabalho representa luta, propósito e compromisso com a causa animal, a segurança pública e políticas públicas que geram impacto real.

“Meu mandato existe para proteger vidas, defender quem mais precisa e transformar compromisso em resultado concreto para a população.”

⚠️ O CONTEÚDO JORNALÍSTICO REFERENTE A CADA PARLAMENTAR É DE RESPONSABILIDADE DE CADA GABINETE.



“Meu mandato existe para proteger vidas, defender quem mais precisa e transformar compromisso em resultado concreto para a população”



“Defendemos a vida, a família e a liberdade religiosa, que são pilares essenciais para o fortalecimento da nossa democracia.”

BANCADA CRISTÃ: O EXTRATO DE UM BRASIL QUE SE IMPORTA COM VALORES INEGOCIÁVEIS

Em abril, o foco de nossa atuação em Brasília reafirmou o compromisso com a defesa da família, da liberdade e da fé. Como Presidente da Frente Parlamentar Evangélica, meu papel é liderar a construção de consensos e garantir que a voz de milhões de brasileiros, que se pautam por princípios cristãos, tenha eco e força institucional nas decisões da Câmara.

A formação da Bancada Cristã no Congresso Nacional, por meio do Projeto de Resolução 71/2025, de minha autoria, é um marco importante para a representação dos valores inegociáveis que norteiam nossa sociedade. Defendemos a vida, a família e a liberdade religiosa, que são pilares essenciais para o fortalecimento da nossa democracia. Não será apenas mais um grupo, mas um espaço de compromisso com a Constituição e com a ética, onde deputados e senadores buscarão promover políticas públicas que respeitem os anseios do nosso povo, sobretudo em prol das famílias.

A proposta de criar uma Bancada Cristã formal no Regimento Interno é um passo fundamental para

o amadurecimento do nosso debate político. Não se trata apenas de ocupar espaços, mas de garantir que a visão de mundo que preserva a dignidade humana, a vida — acreditando na restauração do ser humano independentemente de sua condição — e a integridade da família seja protagonista nos grandes temas nacionais.

A atuação da Frente Parlamentar Evangélica foi fundamental para a aprovação da urgência de projetos e resoluções, inclusive deste que altera o regimento interno. Seguiremos firmes até a aprovação final da matéria.

Continuamos, como sempre, atentos às necessidades da população e prontos para trabalhar em defesa de uma sociedade mais justa, humana e solidária, enxergando as dores de um Brasil real e colocando o ser humano em primeiro lugar.

⚠ O CONTEÚDO JORNALÍSTICO REFERENTE A CADA PARLAMENTAR É DE RESPONSABILIDADE DE CADA GABINETE.

ARTIGO - RENATA ABREU | Presidente Nacional do Podemos e Deputada federal (SP)

AUTISMO EXIGE ATENÇÃO TODOS OS DIAS, NÃO APENAS EM ABRIL

Abril chega ao fim. Mas, para quem vive o autismo, nada termina quando o mês acaba. O calendário muda. A realidade, não.

Para milhares de famílias brasileiras, o autismo está presente todos os dias, na rotina, nas decisões, nas adaptações e, muitas vezes, na luta silenciosa por algo que deveria ser básico: apoio.

Ainda hoje, muitas pessoas não compreendem o que é o Transtorno do Espectro Autista. Julgam comportamentos sem entender e reforçam, mesmo sem perceber, um cenário de exclusão.

Mas é dentro de casa que essa realidade se revela com mais força.

Famílias reorganizam completamente suas vidas. Mães, em especial, assumem uma sobrecarga intensa, muitas vezes renunciando ao emprego, para garantir o cuidado necessário aos filhos. Aprendem na prática aquilo que deveria estar estruturado: orientação, acompanhamento e acolhimento.

E, mesmo com todo esse esforço, ainda enfrentam barreiras. O acesso a terapias segue limitado. As escolas, por exemplo, em muitos casos, não estão preparadas. O preconceito aparece no olhar, no julgamento e na falta de

empatia.

Diante disso, é impossível tratar o autismo como uma pauta de calendário. O mês da conscientização é importante. O 2 de abril tem seu valor, mas a vida real não se organiza por datas. O autismo exige continuidade.

A pessoa autista precisa de acompanhamento constante, acesso a terapias, inclusão na escola e oportunidades ao longo da vida. E sua família – muitas vezes invisível social e exausta da rotina – precisa de suporte, segurança e políticas públicas que funcionem.

É com esse entendimento que temos conduzido nossa atuação no Congresso Nacional, buscando ampliar o acesso a tratamentos, fortalecer a inclusão e apoiar quem cuida. São dezenas de projetos de lei e iniciativas em andamento para facilitar o dia a dia do autista e de seus responsáveis.

Abril termina. Mas o nosso compromisso não pode terminar com ele. Porque o autismo não é uma causa de um mês. É uma realidade diária, que não pode jamais ser ignorada.

⚠️ O CONTEÚDO JORNALÍSTICO REFERENTE A CADA PARLAMENTAR É DE RESPONSABILIDADE DE CADA GABINETE.





“Autismo não espera. E as famílias também não podem esperar.”

JUNTOS PODEMOS

 podemos.org.br

SEDE NACIONAL

SHIS QI 17, conj. 3, casa 25 Lago Sul - Brasília/DF

CEP 71.645-030

Telefone (61) 3550-5619

WhatsApp (11) 91339-5577

 contato@podemos.org.br      @podemos20

SEDE ADMINISTRATIVA

Rua Alexandre Dumas, 1658 - 16º andar

Santo Amaro - São Paulo/SP

CEP: 04717-004

telefone: (11) 3935-6353

 juntos@podemos.org.br      @podemos20

 **podemos**
CÂMARA